

OR CNPJ n° 19.394.808/0001-29

Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

Atendendo às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. ("Companhia") referentes ao exercício

de 2014, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes. Agradecemos aos senhores acionistas, colaboradores e parceiros pelo apoio e contribuições dispensadas ao longo do exercício. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		`	'			, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,					
Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
		Controladora		Consolidado				Contro	ladora	Conso	lidado
	Nota	2014	2013	2014	2013		Nota	2014	2013	2014	2013
Circulante Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Títulos a receber	6 7 8	43.112 325.906 128.708	102.318 308.054 179.758	43.138 326.017 128.708	102.989 361.987 179.758	Circulante Empréstimos e financiamentos Fornecedores e subempreiteiros Salários e encargos sociais Impostos e contribuições	14 15 16 17	131.206 234.954 91.617 50.739	196.021 127.340 50.870 48.775	131.206 235.809 91.635 51.056	200.870 145.622 56.975 52.549
Estoques	9	18.219	39.821	18.219	45.959	Adiantamentos de clientes		9.202	15.250	9.202	15.250
Adiantamentos a fornecedores Outros ativos circulantes		22.643 91.203	32.736 55.062	22.643 91.298	32.736 59.418	Outros contas a pagar		23.631 541.349	11.033 449.289	23.634 542.542	19.564 490.830
Não circulante		629.791	717.749	630.023	782.847	Não circulante Empréstimos e financiamentos Impostos e Contribuições Provisão para Contingências	14 18 19	36.806 58.161 24.497	19.769 36.895 6.233	36.806 58.161 24.497	45.502 36.895 6.233
Partes relacionadas	10	66.491	9.423	70.061	13.496	Passivo Atuarial	21	19.975	7.959	19.975	7.959
Títulos a receber	8	131.081	131.081	131.081	131.081	Partes relacionadas Títulos a pagar	10	23.713 4.650	32.812 495	16.593 4.650	22.905 495
Imposto de renda e contribuição social diferidos Investimentos	27 11	54.510 82.763	- 120.488	54.510 76.707	- 81.320	Patrimônio líguido		167.802	104.163	160.682	119.989
Imobilizado IíquidoIntangivel	12 13	74.233 24.953	46.108 25.091	74.235 24.953	85.308 25.091	Capital social	20.1	235.000 17.791	235.000 17.791	235.000 17.791	235.000 17.791
-		434.031	332.191	431.547	336.296	Reservas de lucros	20.2	95.171 6.709	236.704 6.993	95.171	236.704
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		354.671 - 354.671	496.488	354.671 3.675 358.346	496.488 11.836 508.324
Total do ativo		1.063.822	1.049.940	1.061.570	1.119.143	Total do passivo e patrimônio líquido		1.063.822	1.049.940	1.061.570	1.119.143

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado		
	Nota	2014	2013	2014	2013	
Receita operacional líquida	23	1.287.737	1.586.810	1.482.541	1.762.514	
Custo de serviços e empreitadas de obras	24	(1.242.235)	(1.338.060)	(1.410.431)	(1.449.422)	
Lucro bruto		45.502	248.750	72.110	313.092	
Receitas (despesas) operacionais						
Administrativas e gerais	25	(110.693)	(132.002)	(145.498)	(142.557)	
Resultado de equivalência patrimonial	11	(12.549)	39.272	(4.750)	3.176	
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(67.093)	(16.806)	(67.641)	(17.606)	
		(190.335)	(109.536)	(217.889)	(156.987)	
Resultado operacional antes das receitas						
(despesas) financeiras, líquidas		(144.833)	139.214	(145.779)	156.105	
Receitas (despesas) financeiras líquidas	26	(44.032)	(49.292)	(44.467)	(50.079)	
		(44.032)	(49.292)	(44.467)	(50.079)	
Resultado antes do imposto de renda						
e da contribuição social		(188.865)	89.922	(190.246)	106.026	
Imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social						
corrente e diferido	27	64.763	(17.239)	64.312	(22.689)	
		64.763	(17.239)	64.312	(22.689)	
Resultado do exercício		(124.102)	72.683	(125.934)	83.337	
Resultado atribuível a						
Acionistas controladores		(124.102)	72.683	(124.102)	72.683	
Participação dos não controladores				(1.832)	10.654	
		(124.102)	72.683	(125.934)	83.337	
Número de ações no final do exercício						
(lote de mil ações)		205.058	205.058	205.058	205.058	
Resultado líquido por ação do capital social - R\$		(0,61)	0,35	(0,61)	0,35	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consc	olidado
	2014	2013	2014	2013
1 - Receitas				
Serviços e revendas de materiais	1.415.486	1.711.802	1.628.765	1.902.766
Outras	1.831	6.599	1.836	4.369
Total receitas	1.417.317	1.718.401	1.630.601	1.907.135
2 - Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, serviços de terceiros e outros	(752.554)	(876.827)	(851.005)	(935.066)
Total de insumos adquiridos de terceiros	(752.554)	(876.827)	(851.005)	(935.066)
3 - Valor adicionado bruto (1 - 2)	664.763	841.574	779.596	972.069
4 - Depreciação	(22.015)	(8.856)	(22.462)	(14.209)
5 - Valor adicionado líquido (3 - 4)	642.748	832.718	757.134	957.860
6 - Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(12.549)	39.272	(4.750)	3.176
Receitas financeiras	2.550	2.087	2.552	2.093
Total valor adicionado recebido em transferência	(9.999)	41.359	(2.198)	5.269
7 - Valor adicionado total a distribuir (5 + 7)	632.749	874.077	754.936	963.129
8 - Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	463.442	464.325	538.969	501.679
Impostos, taxas e contribuições	92.579	148.086	112.015	169.588
Remuneração de capitais de terceiros	200.830	188.983	229.886	208.525
Resultado do exercício	(124.102)	72.683	(125.934)	83.337
Total distribuição do valor adicionado	632.749	874.077	754.936	963.129

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Contro	ladora	Conso	lidado	
	2014	2013	2014	2013	
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(188.865)	89.922	(190.246)	106.026	
Ajuste para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	22.015	8.856	22.463	14.209	
Baixas de imobilizado e intangível	12.178	3.694	56.533	3.897	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64.763	(17.239)	64.312	(22.689)	
Constituição imposto de renda diferido	(54.510)	-	(54.510)	-	
Resultado de equivalência patrimonial	12.549	(39.272)	4.750	(3.176)	
Passivo atuarial	12.016	1.419	12.016	1.419	
Constituição de provisão para perdas sobre contas a					
receber de curto e longo prazo, líquida	13.796		13.796	-	
Constituição (reversão) de provisão para contingências	18.264	2.004	18.264	2.004	
	(87.794)	49.384	(52.622)	101.690	
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(0.4.0.40)		00.474		
Contas a receber de clientes	(31.648)	149.609	22.174	95.787	
Títulos a receber	51.050	(64.606)	51.050	(54.597)	
Adiantamentos a fornecedores	10.093	(4.826)	10.093	(4.826)	
Estoques	21.602	129	27.740	(5.973)	
Outros realizáveis	(36.141)	(18.785)	(31.880)	(17.069)	
A	14.956	61.521	79.177	13.322	
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	107.014	0.000	00 407	47.400	
Fornecedores e subempreiteiros	107.614	9.692	90.187	17.108	
Salários e encargos sociais	40.747	738	34.660	5.865	
Impostos e contribuições Adiantamentos de clientes	23.230	(13.445) (49.913)	19.773 (6.048)	(11.065) (43.820)	
Outras contas a pagar	(6.048) 16.753	4.858	8.225	13.043	
Outras coritas a pagar	182.296		146.797		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	102.256	(48.070) 62.835	173.352	(18.869) 96.143	
Fluxo de caixa das atividades de investimento	103.430	02.033	173.332	30.143	
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	(62.180)	(22.923)	(67.785)	(67.615)	
Investimentos em controladas	25.176	(33.179)	` (137)	(46.374)	
Recebimentos (pagamentos) de partes relacionadas	(66.167)	24.486	(62.877)	25.563	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(103.171)	(31.616)	(130.799)	(88.426)	
Dividendos propostos	(17.715)	(27.352)	(24.044)	(35.090)	
Empréstimos captados a longo prazo	(47.778)	25.751	(78.360)	56.333	
Caixa líquido utilizado/proveniente nas atividades de financiamentos	(65.493)	(1.601)	(102.404)	21.243	
Redução / Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	(59.206)	29.618	(59.851)	28.960	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	102.318	72.700	102.989	74.029	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	43.112	102.318	43.138	102.989	
Redução / Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	(59.206)	29.618	(59.851)	28.960	
neuação / Acrescimo ilquido no caixa e equivalentes de caixa	(55.200)	23.010	(33.031)	20.300	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consc	lidado
	2014	2013	2014	2013
Resultado do exercício	(124.102)	72.683	(125.934)	83.337
Realização do ajuste de avaliação patrimonial Reconhecimento do ajuste acumulado de conversão	(284)	(1.261) (155)	(284)	(1.261) (155)
Resultado abrangente total do exercício atribuível a	(124.386)	71.267	(126.218)	81.921
Acionistas controladores	(124.386)	71.267 -	(124.386) (1.832)	71.267 10.654
	(124.386)	71.267	(126.218)	81.921

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reservas de Lucros		Resultado abrangente		Patrimônio				
<u>Descrição</u>	Capital social	Reserva legal	Reserva especial dividendos não distribuídos	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de avaliação de correção	Lucros (Prejuízos) acumulados	líquido atribuível aos acionistas	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	235.000	14.094	27.505	166.304	8.254	155	-	451.312	8.920	460.232
Pagamentos de dividendos	-	-	(27.352)	-	-	-	-	(27.352)	(7.738)	(35.090)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.261)	-	1.261	-	-	-
Constituição do ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	(155)	-	(155)	-	(155)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	` -	72.683	72.683	10.654	83.337
Reserva legal	-	3.697	-	-	-	-	(3.697)	-	-	-
Reserva especial p/ dividendos não distribuídos	-	-	17.562	-	-	-	(17.562)	-	-	-
Reserva para retenção de lucros				52.685			(52.685)			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	235.000	17.791	17.715	218.989	6.993	-	-	496.488	11.836	508.324
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(124.102)	(124.102)	(1.832)	(125.934)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(284)	-	284		-	-
Absorção do prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(123.818)	` -	-	123.818	-	-	-
Pagamentos de dividendos			(17.715)					(17.715)	(6.329)	(24.044)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	235.000	17.791		95.171	6.709			354.671	3.675	358.346

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. ("Companhia") é uma Sociedade anônima, de capital fechado, com sede em São Paulo, Capital, e atua na indústria de construções, montagens industriais e eletromecânicas, gerenciamento de empreendimentos, comércio, exportações, importações e outras atividades relacionadas com seu objeto principal, constantes do estatuto social. As suas controladas e controladas em conjunto possuem, substancialmente, o mesmo ramo de atividade da controladora.

2. Bases e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standard – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração e aprovou as demonstrações contábeis de 31 de de-zembro de 2014 em 25 de junho de 2015.

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1. Base de preparação — As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 5.

Demonstrações contábeis consolidadas – As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram

preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Demonstrações contábeis individuais – As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPC). Adicionalmente, a partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas

a. Base de consolidação - As informações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas % de participação

		// de participação		
Controladas	Sede	31/12/2014	31/12/2013	
ETA Brasília	Brasil	75,00%	75,00%	
Boulevard	Brasil	56,00%	56,00%	
Meta 1 Norte	Brasil	80,00%	80,00%	
Ferrugem	Brasil	50,00%	50,00%	
Abaina basa sana sanasiidas san				

Abaixo, base para consolidação:

Em 31 de dezembro de 2014

	Controladas								
Descrição	Ferrugem	Meta Norte1	ETA Brasília	Boulevard					
Participação %	50%	80%	75%	56%					
Ativo circulante	35	-	174	22					
Ativo não circulante	1.192		4.506	4.994					
	1.227	-	4.680	5.016					
Passivo circulante	66	-	1.122	5					
Passivo não circulante	-	-	-	-					
Patrimônio líquido	1.161		3.558	5.011					
	1.227	-	4.680	5.016					
Receitas	3.261	191.547	-	(3)					
Custos	(2.117)	(199.987)	(27)	(870)					
Despesas/(receitas) operacionais	(91)	(410)	` - ´	(44)					
Receitas/(despesas) financeiras líquidas	`(1)	(432)	-	(2)					
IR e CSLL corrente e diferido	- 1	(452)	-	`-					
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	1.052	(9.734)	(27)	(919)					

Em 31 de dezembro de 2013

	Controladas								
Descrição	Ferrugem	Meta Norte1	ETA Brasília	Boulevard					
Participação %	50%	80%	75%	56%					
Ativo circulante	489	64.284	174	150					
Ativo não circulante	-	42.928	4.533	5.915					
	489	107.212	4.707	6.065					
Passivo circulante	184	40.099	1.122	135					
Passivo não circulante	196	25.734	-	-					
Patrimônio líquido	109	41.379	3.585	5.930					
	489	107.212	4.707	6.065					
Receitas	1.683	163.293	-	10.727					
Custos	(1.528)	(115.273)	-	(5.091)					
Despesas/(receitas) operacionais	(43)	(413)	(25)	(337)					
Receitas/(despesas) financeiras líquidas	(3)	(778))	(5)					
IR e CSLL corrente e diferido		(5.450)							
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	109	41.379	(25)	5.294					

b. Entidades controladas em conjunto - As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem as seguintes entidades registradas pelo método de equivalência patrimonial:

		% de participação			
Controladas em conjunto	Sede	31/12/2014	31/12/2013		
Rodoanel Sul 5 Eng ^a Ltda.	Brasil	28,57%	28,57%		
Integra Offshore Ltda	Brasil	51,00%	51,00%		

- 4. Sumário das principais práticas contábeis
- 4.1. Instrumentos financeiros ativos A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Úm ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando

transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos:

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo va-lor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compras e vendas baseadas em seus valores justos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. São considerados dessa forma, quando a Sociedade a possui, as aplicações financeiras, incluídas em caixa e equivalentes de caixa;
- e recebívois: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calcula no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. São considerados dessa forma as contas a receber de clientes, os direitos creditórios e os títulos a receber
- Os ativos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial, quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das quatro categorias a seguir: (a) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (b) empréstimos e recebíveis; (c) investimentos mantidos até o vencimento: e (d) disponíveis para venda. A classificação do ativo financeiro em uma dessas categorias depende de sua natureza e finalidade. Os ativos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente, conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.
- A Companhia não efetuou operações com derivativos e/ou outros instrumentos de risco
- Caixa e equivalentes de caixa: incluem os depósitos bancários e os títulos financeiros de alta liquidez, com vencimento em 90 dias ou menos e com risco irrelevante de variação de valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. São utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo (Nota Explicativa 6):
- Contas a receber de clientes: referem-se a serviços executados e representam os valores estimados de realização. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, diminuídas ao valor recuperável, quando necessário
- Títulos a receber: estão registrados ao custo de aquisição, conforme os contratos e/ou outros documentos pertinentes. Os valores consignados nas demonstrações contábeis são inferiores aos que têm sido efetivamente realizados (Nota Explicativa 8).
- 4.2. Estoques Os estoques de materiais de aplicação em obras (almoxarifado) e de mercadorias para revenda, também destinados a obras, são avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição, deduzidos os tributos recuperáveis, quando aplicável. Quando o valor realizável dos estoques (considerados os tributos e despesas sobre a venda) é inferior aos valores registrados, é efetuado ajuste ao valor recuperável (Nota Explicativa 9).

- 4.3. Investimentos A Companhia detém investimento em controladas e em outras sociedades nas quais exerce o controle em conjunto com outros sócios, cujas demonstrações foram consolidadas. As participações em controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial conforme premissas definidas através do Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2), caracterizando-se como joint ventures (Nota Explicativa nº 11).
- 4.4. Imobilizado - Nos termos do "Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado" e da "Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos", a Companhia verificou o valor justo do ativo imobilizado, tendo constatado diferença relevante em relação aos bens registrados nas contas de Máquinas, Equipamentos e Veículos. Logo, registrou os mesmos ao valor justo, com base em avaliações efetuadas por técnicos avaliadores com larga experiência na avaliação de bens desta natureza. Os efeitos fiscais dessa avaliação foram reconhecidos de acordo com o ICPC 10 e o "Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributo sobre o lucro". Quanto aos demais itens do imobilizado, não foi verificada diferença substancial entre o valor contábil e o valor justo dos mesmos. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. Quando aplicável, os gastos na reforma do imobilizado são incorporados ao mesmo, somente se os benefícios econômicos associados aos gastos forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Os reparos e manutenções são reconhecidos no resultado quando incorridos. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados na data de encerramento do exercício e ajustados, se necessário. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido ao seu valor recuperável, na hipótese de valor residual exceder o valor recuperável (Nota Explicativa 12).
- 4.5. Intangível Substancialmente, o ativo intangível refere-se a direitos minerários, que é uma atividade que também faz parte do objeto da Companhia e cuja exploração se pretende futuramente. Encontra-se registrado pelo custo incorrido na operação. O montante registrado não excede a substância econômica do direito (Nota Explicativa 13).
- 4.6. Redução ao valor recuperável dos ativos No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios defi-nidos no Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.
 4.7. Instrumentos financeiros passivos – Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que
- a Sociedade assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Sociedade são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e subempreiteiros. Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, quando exigíveis em prazo de até 12 meses da data do balanço e no passivo não circulante, quando exigíveis em prazos superiores ao mencionado. Os passivos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

 4.8. Provisões (passivos contingentes) – As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal
- ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação (Nota Explicativa 19).
- 4.9. Ajuste a Valor Presente (AVP) Os ativos e passivos monetários (circulantes e não circulantes) são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações
- 4.10. Imposto sobre a Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) O IRPJ e a CSLL são calculados com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Se aplicável, nos termos do CPC 32, sobre as adições temporárias que se tornarão dedutíveis quando realizadas sobre o prejuízo fiscal/base negativa da CSLL, são constituídos créditos tributários diferidos. A realização do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que resultados tributáveis futuros sejam apurados, de forma a permitir a recuperação do ativo, ou parte dele, o saldo é ajustado ao valor que se espera que seja realizado. O encargo com tributos (correntes e diferidos) é reconhecido no resultado, exceto quando corresponde a valores registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido; hipótese na qual os tributos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio liquido, respectivamente. (Nota Explicativa 27). 4.11. Benefícios a empregados - previdência privada - A Companhia possui planos de benefícios a empre-
- gados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte; assistência médica e seguro de vida em grupo. Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados abrangentes. Em atendimento à Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2011, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33, a Companhia reconheceu os efeitos da aplicação dessas práticas contábeis nas demonstrações contábeis, reconhecendo os efeitos nos resultados abrangentes (Nota Explicativa 21).
- 4.12. Reconhecimento da receita As receitas de serviços (obras) e da revenda de mercadorias somente são reconhecidas quando: (i) os riscos e benefícios decorrentes da tránsação forem transferidos ao contratante; (ii) o seu valor puder ser estimado com segurança; e (iii) for provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Companhia e suas controladas. As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas e os custos de um contrato de construção são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais orçados do contrato. As variações nos custos com mão de obra, reclamações e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu recebimento seja provável. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuia recuperação seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. Na hipótese de os custos incorridos atuais, acrescidos dos lucros reconhecidos e diminuídos das perdas reconhecidas excedem os adiantamentos recebidos, a diferença é reconhecida como "valores a receber de clientes". Se os adiantamentos recebidos, conforme o progresso da construção excedem os custos incorridos atuais acrescidos dos lucros reconhecidos e diminuídos das perdas reconhecidas, a diferença é reconhecida como um passivo. Os valores recebidos antes da realização do correspondente trabalho, a título de adiantamento, são registrados no balanço patrimonial como um passivo. Os montantes faturados pelo trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes e outras" (Nota Explicativa 23).
- 4.13. Lucro por ação O lucro por ação está apresentado com base na média ponderada do número de ações existentes na data de reporte. Não existem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de acões
- 4.14. Moeda funcional e moeda de apresentação As demonstrações contábeis individuais e cons estão apresentadas na moeda do ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). Os ativos em moeda estrangeira são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. As variações cambiais são registradas na demonstração do resultado. Não existem passivos indexados à moeda estrangeira
- 4.15. Demonstração do Valor Adicionado (DVA) lores criados pela Companhia (e controladas) e sua distribuição durante o exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações contábeis A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do
- 4.16. Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações contábeis – As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 1º de janeiro de 2014:
- IAS 32 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva desde 1º de janeiro de 2014; IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão
- das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma excecão para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando desde 1º de janeiro de 2014:
- IFRIC 21 "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais desde 1º de janeiro de 2014;
- "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta
- norma é efetiva para períodos anuais iniciando desde 1º de janeiro de 2014; IAS 39 "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge", em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar. for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 1º de janeiro de 2014;



OR CNPJ nº 19.394.808/0001-29

Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- IAS 19 "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contri buições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma
- de efetiva para períodos anuais desde 1º de julho de 2014;

 IAS 27 "Demonstrações separadas", em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2016 nas IFRS e para as práticas contábeis adotadas no Brasil já é aceito a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme aprovação do Conselho Federal de Contabilidade e adoção antecipada das IFRS.

Adicionalmente, a Companhia avaliou o potencial impacto dessas normas, interpretações e alterações sobre as demonstrações contábeis no exercício de 2014 e seus possíveis efeitos retrospectivos, e quando aplicável, procedeu com as alterações conforme divulgado em notas explicativas.

- 4.17. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC: IAS 1 – "Apresentação das demonstrações financeiras" – em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou "Iniciativa de Divulgação" (alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida; IFRS 9 – Instrumentos financeiros – em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual
- tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ ou após 1º de janeiro de 2018; IFRS 14 – Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o
- objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção
- das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2016; IFRS 11 "Acordos de compartilhamento", em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2016; IAS 16 e IAS 38 -
- "Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização", em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2016;
- IFRS 15 "Receitas de contratos com clientes", em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 "Receitas" e a IAS 11 "Contratos de construção" e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2017; IAS 16 e IAS 41 – em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 41
- Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de "bearer plants" (definidos como — Altvo Biologico, para iniciali ativos biologicos que ateridan a delinição de *bearer plants* (delinidos como riplantas vivas" que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os "*bearer plants*" sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de julho de 2016; IFRS 10 e IAS 28 – em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 – Demonstra-
- ções Consolidadas e IAS 28 Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de julho de 2016;
- Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas do seu melhor julgamento, baseadas na experiência e em outros fatores relevantes que afetam os montantes apresentados dos ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nestas demonstrações contábeis. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas periodicamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período; ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração, na elaboração das demonstrações contábeis e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis são as seguintes:

5.1. Redução ao valor recuperável de ativos – No caso da existência de prova objetiva ou efeito combinado de eventos internos ou externos que afetem a realização de um ativo, a Companhia e suas controladas reconhecem as perdas estimadas (impairment) nas demonstrações contábeis.

5.2. Avaliação dos instrumentos financeiros - Adiante, em notas específicas, são fornecidas informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5.3. Provisões – Os montantes contabilizados como provisão são a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

5.4. Contingências ativas e passivas – Os registros dos ativos e passivos contingentes, quando aplicável, são realizados em conformidade com o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e os julgamentos quanto aos valores de realização são suportados pelo laudo de especialistas e com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas

6. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por Fundo Fixo de Caixa e valores disponíveis em contas correntes bancárias no País. As aplicações financeiras correspondem substancialmente a investimentos remunerados às taxas compatíveis com Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Possuem liquidez imediata e os valores de mercado não diferem dos consignados a seguir:

	Controladora		Conso	olidado
	2014	2013	2014	2013
Caixa e contas correntes bancárias	10.443 32.669	55.551 46.767	10.469 32.669	56.222 46.767
Total	43.112	102.318	43.138	102.989
7. Contas a receber de clientes				

O saldo de contas a receber de clientes é oriundo de operações de prestação de serviços de construção e de

revenda de mercadorias:				
	Controladora		Conso	lidado
	2014	2013	2014	2013
Clientes públicos	255.916	219.962	256.027	273.895
Clientes privados	83.786	88.092	83.786	88.092
(–) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(13.796)		(13.796)	
Total	325.906	308.054	326.017	361.987
A seguir, aging list apresentado por vencimentos:				
	Contro	ladora	Consc	lidado
Descrição	2014	2013	2014	2013

A vencer em até 30 dias	281.449	298.940	281.560	352.763
Total a vencer	281.449	298.940	281.560	352.763
Vencidos de 30 a 90 dias Vencidos de 91 a 180 dias	4.027 34.710	4.273 2.866	4.027 34.710	4.273 2.976
Vencidos de 91 a 180 dias	19.516	1.975	19.516	1.975
Total vencidos	58.253	9.114	58.253	9.224
(-) PECLD	(13.796)		(13.796)	
	(13.796)		(13.796)	
Total	325.906	308.054	326.017	361.987

8. Títulos a receber (curto e longo prazo)

Referem-se, principalmente, a títulos a receber de entidades governamentais. A Companhia adota todos os procedimentos cabíveis ao recebimento dos seus créditos, por meio de negociações e ajuizamento de ações judiciais, nas quais vem obtendo decisões favoráveis. Os consultores jurídicos avaliam que são remotas as possibilidades de perdas das ações judiciais movidas contra os devedores. Os montantes apresentados estão registrados a valores históricos e são inferiores aos que vem sendo realizados:

Títulos a receber		ladora	Consolidado	
		2013	2014	2013
Curto Prazo	128.708	179.758	128.708	179.758
Longo Prazo	131.081	131.081	131.081	131.081
Total	259.789	310.839	259.789	310.839

9. Estoques

Os valores referem-se a estoque de materiais adquiridos para serem aplicados em obras (almoxarifado) e de mercadorias a serem revendidas também para os clientes de obras. Os valores estão assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Almoxarifado	17.328	31.977	17.328	38.115
Bens destinados à revenda	891	7.844	891	7.844
Total	18.219	39.821	18.219	45.959

10. Partes relacionadas

As transações entre a Companhia e outras empresas referem-se a operações comerciais e de contas correntes. Os valores destas transações são os seguintes:

too. So valored assum traincayees one so soguintee.		Contro	ladora		
	20	14	20	13	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Coligadas	53.075	-	9.423	-	
Consórcios e SCP's	13.416	23.713		32.812	
Total	66.491	23.713	9.423	32.812	
	Consolidado				
	20	14	2013		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Coligadas	53.075	-	9.423	-	
Consórcios e SCP's	16.986	16.593	4.073	22.905	
Total	70.061	16.593	13.496	22.905	
11 Investimentes					

Os investimentos avaliados, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.3, a movimentação dos mesmos e as informações financeiras sobre as investidas são discriminados a seguir

Controladora - Investimentos atualizados por equivalência patrimonial Patrimônio líquido Participação % Investimento 2014 2013 2014 2013 2014 2013 2014 2013 Meta 1. 41.379 80.00% 80.00% 33.103 ETA Brasilia 3.558 3.585 75,00% 75,00% 2.669 2.689 5.011 5.930 56,00% 56,00% Boulevard 2.806 3.321 Ferrugem 1.161 109 50,00% 50.00% 581 54 36.913 Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda... 129.201 129.359 28,57% 28,57% 36.958 Integra Offshore Ltda..... 51,00% 40.665 40.665 8.271 51,00% 39.774 44.343 Outros investimentos 20 20 82.763 120.488

Movimentação 2014

5.294

(25)

Consolidado - Ir	ivestimer	itos atuai	izados po	r equivai	encia pa	trimonia	i "Joint v	enture"
	Patrimônio líquido		Participação %		AFAC		Investimento	
Empresas	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda Integra Offshore Ltda Outros investimentos					40.665		20	20
							76.707	81.320

A movimentação dos investimentos (posição consolidado) é conforme segue: Mayimantaaãa 2012

		MOVIIIIei	MOVIIIIeiitação 2013		Movimen		
	Saldo em 2012	Aumento de capital e AFAC	Equiva- lência pa- trimonial	Saldo em 2013	Aumento de capital e AFAC	Equiva- lência pa- t <u>rimonial</u>	Saldo em 2014
Rodoanel Sul 5 Eng. Ltda	31.888	5.482	(413)	36.957	137	(182)	36.912
Integra offshore Ltda	38	40.716	3.589	44.343	-	(4.568)	39.775
Outros investimentos	20			20			20
	31.946	46.198	3.176	81.320	137	(4.750)	76.707

As principais subsidiárias da Companhia, as quais foram incluídas nestas demonstrações contábeis consolidadas, são os seguintes

		/₀ ue pari	icipação
Controladas	Sede	2014	2013
ETA Brasília	Brasil	75,00%	75,00%
Boulevard	Brasil	56,00%	56,00%
Meta 1 Norte	Brasil	80,00%	80,00%
Ferrugem	Brasil	50,00%	50,00%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo a primeira a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são condizentes com aquelas utilizadas nas demonstrações contábeis anuais.

a. Controladas diretas

Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício...

	Em 31 de dezembro de 2014					
	Controladora	<u> </u>	Control	adas		
Descrição	Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.	Ferrugem	Meta Norte1	ETA Brasília	Boulevard	
Ativo circulante	629.792	35	-	174	22	
Ativo não circulante	434.030	1.192	-	4.506	4.994	
	1.063.822	1.227		4.680	5.016	
Passivo circulante	541.349	66	-	1.122	5	
Passivo não circulante	167.802	-	-	-	-	
Patrimônio líquido	354.671	1.161	-	3.558	5.011	
	1.063.822	1.227	-	4.680	5.016	
Receitas	1.287.737	3.261	191.547	-	(3)	
Custos	(1.242.235)	(2.117)	(199.987)	(27)	(870)	
Despesas/(receitas) operacionais	(190.335)	(91)	(410)	-	(44)	
Receitas/(despesas) financeiras líquidas	(44.032)	(1)	(432)	-	(2)	
IR e CSLL corrente e diferido	64.763		(452)			
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	(124.102)	1.052	(9.734)	(27)	(919)	
		Em 31 de	dezembro d	de 2013		

	Controladora	<u> </u>	Controladas		
Descrição	Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.	Ferrugem	Meta Norte1	ETA Brasília	Boulevard
Ativo circulante	717.749	489	64.284	174	150
Ativo não circulante	332.191	-	42.928	4.533	5.915
	1.049.940	489	107.212	4.707	6.065
Passivo circulante	449.289	184	40.099	1.122	135
Passivo não circulante	104.163	196	25.734	-	-
Patrimônio líquido	496.488	109	41.379	3.585	5.930
	1.049.940	489	107.212	4.707	6.065
Receitas	1.586.810	1.683	163.293	-	10.727
Custos	(1.338.060)	(1.528)	(115.273)	-	(5.091)
Despesas/(receitas) operacionais	(109.536)	(43)	(413)	(25)	(337)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas	(49.292)	(3)	(778)	-	(5)
IR e CSLL corrente e diferido	(17.239)		(5.450)		

72.683

109

41.379



OR CNPJ nº 19.394.808/0001-29

Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

13. Intangível

A discriminação e a movimentação das contas do ativo imobilizado são assim demonstradas:

	Controladora						
	_		Maq, Equips				
Contas	Terrenos	Edificações	e Veículos	Outras	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	713	896	26.672	7.675	35.956		
Aquisição	-	3.782	10.191	7.042	21.015		
Depreciação	-	(40)	(8.187)	(629)	(8.856)		
Baixa		(145)	(504)	(1.358)	(2.007)		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	713	4.493	28.172	12.730	46.108		
Aquisição	-	126	59.481	2.178	61.785		
Depreciação	-	(2.648)	(18.605)	(762)	(22.015)		
Baixa		(71)	(1.929)	(9.645)	(11.645)		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	713	1.900	67.119	4.501	74.233		
Taxas de Depreciação	-	4%	20%	10%			
	Consolidado						

Taxas de Depreciação	-	4%	20%	10%	
			Consolidado		
	_		Maq. Equips.		
Contas	Terrenos	Edificações	e Veículos	Outras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	713	896	26.647	7.764	36.020
Aquisição	112	8.509	48.644	8.442	65.707
Depreciação	-	(119)	(13.448)	(642)	(14.209)
Baixa		<u>(145)</u>	<u>(707)</u>	(1.358)	(2.210)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	825	9.141	61.136	14.206	85.308
Aquisição	-	364	64.568	2.458	67.390
Depreciação	-	(2.648)	(18.354)	(1.461)	(22.463)
Baixa	(112)	<u>(4.957)</u>	(40.229)	(10.702)	(56.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	713	1.900	67.121	4.501	74.235
Taxas de depreciação		4%	20%	10%	

A discriminação e a movimentação das contas do ativo intangível são assim demonstradas:

		Controladora Consolidado			Consolidado		
	Direitos minerários	Outros intangíveis	Total	Direitos minerários	Outros intangíveis	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	22,150	2.720	24.870	22,150	2.720	24.870	
Aquisição	-	1.908	1.908	-	1.908	1.908	
Baixa	-	(1.687)	(1.687)	-	(1.687)	(1.687)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	22.150	2.941	25.091	22.150	2.941	25.091	
Aquisição	-	395	395	-	395	395	
Baixa	-	(533)	(533)	-	(533)	(533)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	22.150	2.803	24.953	22.150	2.803	24.953	
Custo total	22.150	2.803	24.953	22.150	2.803	24.953	
Valor contábil	22.150	2.803	24.953	22.150	2.803	24.953	

14. Empréstimos e financiamentos

14. Empréstimos e financiamentos estão garantidos por recebíveis, avais e notas promissórias. Os encargos financeiros variaram de CDI + 0,40% ao mês a CDI + 1,00% ao mês. A parcela do longo prazo tem vencimento para setembro de 2019. Os montantes de curto e longo prazo são os seguintes: Consolidado

Controladora

2013

96.874

30.466

127.340

2014

202.043

235.809

33.766

2013

106 834

145.622

38.788

2014

201.683

234.954

33.271

	2014	2013	2014	2013		
	Controladora		Consc	olidado		
15. Fornecedores e subempreiteiros Os saldos de fornecedores e subempreiteiros, discriminados por espécie de fornecimentos são os seguintes:						
Total	168.012	215.790	168.012	246.372		
Parcela a longo prazo	36.806	19.769	36.806	45.502		
Parcela a curto prazo	131.206	196.021	131.206	200.870		
Empréstimos e financiamentos:						

Total. 16. Salários e encargos sociais

Materiais e Equipamentos ...

Serviços.....

As obrigações sociais e trabalhistas são compostas substancialmente por salários a pagar e provisões de encargos trabalhistas, calculados conforme a legislação aplicável e estão assim demonstrados nas datas dos balanços

,	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salarios	21.724	9.181	21.729	10.283
Encargos	37.483	13.615	37.490	15.249
Provisão Férias	32.410	28.074	32.416	31.443
Total	91.617	50.870	91.635	56.975
17 Impostos a contribuições – curto prazo				

As obrigações tributárias referem-se a tributos correntes de ISSQN, COFINS, PIS, IRPJ, CSLL e parcelamentos:

,	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Tributos correntes	40.797 9.942	42.392 6.383	41.114 9.942	46.166 6.383
Total	50.739	48.775	51.056	52.549
18. Impostos e contribuições – Longo prazo				

A Lei nº 11.941/09 proporcionou aos contribuintes um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB, inclusive previdenciários, e débitos com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no Refis (Lei nº 9.964/00), no parcelamento Especial – PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional – PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02. A Companhia optou pela inclusão dos débitos, antes incluídos no PAEX, parcelamento convencional, além de outros, no parcelamento da Lei nº 11.941/09. O débito é discriminado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Parcelamento Lei nº 11.941/09	26.353	25.054 11.841	26.353	25.054 11.841
Outros parcelamentos	31.808		31.808	
Total	58.161	36.895	58.161	36.895
19 Passivos contingentes				

A Companhia é parte em ações judiciais e em processos administrativos, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, respaldada em pareceres de seus advogados, bem como em experiência anterior em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão para as seguintes contingências, julgadas suficientes para cobrir eventuais desembolsos futuros de caixa, nos termos do CPC 25

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Trabalhistas	11.351	5.868	11.351	5.868
Tributarias	9.507	-	9.507	-
Cível	3.639	365	3.639	365
Total	24.497	6.233	24.497	6.233

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava as seguintes movimentações de passivos contingentes:

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.233
Constituição/(rervesão) de provisões	18.264
Saldo em 31 de dezembro de 2014	24.497

A Companhia é parte em outras ações judiciais e administrativas para as quais a expectativa de perda é pos sível. Neste contexto, a Administração, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas. Baseada nestas avaliações, a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a sua defesa. A necessidade da constituição de provisão é analisada periodicamente. Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, com expectativa de perda possível, estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Trabalhistas	30.611	19.505	30.611	19.505
Cíveis	9.160	51.233	9.160	51.233
Tributárias	4.578	1.431	4.578	1.431
Total	44.349	72.169	44.349	72.169

A Companhia é parte em ação administrativa movida pelo Ministério Público Federal, em operação denominada "Lava Jato", sobre supostas irregularidades cometidas em contratações com a Petrobras. Conforme nota explicativa nº 30, a Administração, apoiada na opinião de seus advogados, conclui que ainda não é possível estimar a duração e o resultado das referidas ações, em função de as mesmas terem sido iniciadas recentemente e de dependerem de eventos futuros.

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social - O capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 235.000 mil representado por 205.058.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

20.2. Dividendos e reservas de lucros – Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a legislação em vigor.

21. Previdência complementar

Os valores dos passivos atuariais, nos padrões da Deliberação CVM nº 600 e do CPC 33. relativos aos benefícios concedidos aos empregados estão reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Obrigações de longo prazo	19.975	7.959	19.975	7.959
Total	19.975	7.959	19.975	7.959
A Companhia é patrocinadora da Mendesprev – Sociedade Previdenciária, entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos,				

com autonomia administrativa e financeira, é constituída com o objetivo de assegurar aos seus beneficiários o complemento dos proventos de aposentadoria e pensão. A Mendesprev adota dois planos de benefícios, ou seja, Plano CD de Benefícios e o Plano Misto de Benefícios. O Plano CD de Benefícios é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, em que o valor dos benefícios são ajustados ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção dos benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores portados e os benefícios pagos e o Plano Misto de Benefícios que trata-se de um plano misto composto de duas partes: uma que é contribuição definida (fase de acumulação de recursos na atividade) e outra de benefício definido (fase de recebimento de benefícios).

21.1. Plano CD de Benefícios – O Plano CD de Benefícios, administrado pela Mendesprev, é estruturado na modalidade de contribuição definida. Em 31 de dezembro de 2014 a Mendesprev possuía no plano CD de benefícios 301 participantes ativos (em 31 de dezembro de 2013, 426 participantes ativos) e não existia participantes assistidos e pensionistas.

21.1.1. Plano de custeio - As contribuições dos participantes ativos e autopatrocinados compreendem:

a) Contribuição normal: de caráter obrigatório e mensal, correspondente a um percentual escolhido pelo participante de 2% (dois por cento) a 7% (sete por cento) do seu salário de participação;

b) Contribuição extraordinária: de caráter opcional e éventual, corresponde ao valor escolhido pelo participante ativo e autopatrocinado de acordo com sua conveniência. As contribuições da patrocinadora compreendem:

a) Contribuição normal: efetuada mensalmente, corresponde a 2% (dois por cento) do salário de participação; b) Contribuição extraordinária: esporádica, voluntária, destinada a reforçar o saldo de conta do participante ativo. As despesas administrativas são custeadas pela patrocinadora, pelos participantes autopatrocinados, optantes

pelo benefício proporcional diferido e assistido, na forma estabelecida pelo atuário. **21.1.2. Benefícios** – Os benefícios assegurados pelo Plano CD de benefícios são os seguintes:

- a) Aposentadoria;
- b) Aposentadoria por invalidez;
- c) Pensão por morte;
- d) Benefício proporcional diferido;
- e) Abono anual.

O valor mensal do benefício de aposentadoria é obtido na data do seu requerimento, calculado por equivalência atuarial, com base no saldo de conta e nas faixas etárias do participante e seus beneficiários. Os beneficios são recalculados, anualmente, no mês de novembro, com base nas características etárias do assistido, de seus beneficiários e do saldo de conta remanescente da conta individual de benefício concedido. Para fins de atendimento ao CPC 33, a contabilização dos compromissos para esta modalidade de plano é apurada através do montante das contribuições da patrocinadora vertidas ao plano durante o exercício de 2014, não sendo necessário o cálculo das obrigações atuariais.

21.2. Plano misto de benefícios – Em 31 de dezembro de 2014, a Mendesprev possuía no Plano Misto de

Benefícios 153 participantes ativos, 75 participantes diferidos, 76 participantes aposentados (em 31 de dezembro de 2013, 179 participantes ativos, 69 participantes diferidos, 64 participantes aposentados). O Plano Misto de Benefícios trata-se de um plano misto composto de duas partes: uma que é contribuição definida e outra de benefício definido, não sendo mais admitida adesões ao plano.

21.2.1. Plano de custeio - Os benefícios oferecidos pelo Plano serão custeados por meio de:

a) Contribuições dos participantes ativos e autopatrocinados: de caráter obrigatório e mensal, correspondente à 7,5% (sete e meio por cento) da parcela do salário de participação que exceder a 20 salários unitários;

b) Contribuição das patrocinadoras: igual a 100% (cem por cento) da contribuição efetuada pelo participante;
 c) Receitas de aplicações do patrimônio;

d) Dotações, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza

As despesas administrativas serão custeadas por recursos oriundos dos participantes e da patrocinadora. **21.2.2. Benefícios do plano** — Os benefícios do plano são os seguintes:

a) Aposentadoria normal: terá direito ao benefício de aposentadoria normal o participante que preencher as seguintes condições: idade mínima de 60 anos e mínimo de 5 anos de participação no Plano,

b) Aposentadoria antecipada: a elegibilidade ao benefício de aposentadoria antecipada começará quando o participante preencher as seguintes condições: idade mínima de 55 anos e mínimo de 5 anos de participação no Plano:

c) Aposentadoria por invalidez: para a aposentadoria por invalidez, o participante deve ter a sua invalidez atestada por um médico clínico ou perito credenciado pela Mendesprev Sociedade Previdenciária;

d) Pensão por morte: a elegibilidade para a pensão por morte é o falecimento do participante ou do assistido: Morte de participante antes do gozo de aposentadoria: sobre o valor que o participante teria direito a receber caso tivesse se aposentado por invalidez, é aplicado percentual definido no regulamento do Plano de acordo com o número de dependentes, acrescido da transformação do saldo de conta de acordo com as

normas atuariais; Morte de participante assistido: aplicação de percentual definido do regulamento do Plano, de acordo com

o número de dependentes, sobre o benefício percebido na data do falecimento. Os benefícios mensais previstos no Regulamento do Plano Misto são reajustados anualmente no mês da data base da patrocinadora, de acordo com a variação do INPC. Os dados cadastrais possuem data-base em 31 de

153

12 016

1.419

132.312

Farticipant	es alivos
Frequência	de participantes

dezembro 2014. A seguir, o resumo dos dados da Sociedade:

Idade média (em anos).. Folha de salários de participação mensal ... 1.459 Salário de participação médio 9 Participantes diferidos Frequência de participantes 75 Idade média (em anos). 48 Folha de salários de participação mensal 251 Salário de participação médio

Participantes aposentados Frequência de participantes Idade média (em anos) Folha de salários de participação mensal Salário de participação médio		76 64 580 8
Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos	2014	2013
Obrigações atuariais	132.312 112.337	112.967 105.008
Valor presente das obrigações a descoberto	19.975	7.959
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	19.975 7.959	7.959 6.540

A Companhia reconheceu em 2014 uma obrigação atuarial no montante de R\$ 12.016 como forma de garantir o pagamento dos compromissos do plano na sua totalidade, dentro das regras da Deliberação CVM 600. A movimentação do valor justo do plano de benefícios nos períodos apresentados é o seguinte:

Evolução do valor justo dos ativos Val

Valor das obrigações atuariais avaliadas ao final do ano

Passivo (ativo)..

vaior justo dos ativos ao inicio do ano	105.008
Benefícios pagos durante o exercício	(6.699)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	958
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	1.499
Rendimento efetivo dos ativos no ano	11.571
Valor justo dos ativos ao final do ano	112.337

A movimentação do valor referente à obrigação do benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

Evolução do valor presente das obrigações atuariais Valor das obrigações atuariais ao início do ano 112.967 Custo do serviço corrente bruto (com juros) Juros sobre obrigação atuarial ... 13.990 Benefícios pagos no ano (6.699)(Ganhos)/perdas Atuariais 10.146



OR CNPJ nº 19.394.808/0001-29

Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores a serem pagos foram projetados em decorrência das variações atuariais e de	everão ser os	seguintes:
Despesa a reconhecer na demonstração de resultados	2014	2013
Custo do serviço corrente (com juros)	1.908 (958)	2.748 (1.011)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais Rendimento esperado dos ativos	13.990 (13.127)	11.245 (8.159)
Amortização referente ao custo de serviço passado	-	(1.186)
Despesa a ser reconhecida pelo empregador no exercício	1.813 (1.499)	3.637 (2.218)
Total da despesa (receita) adicional a reconhecer	314	1.419

21.3. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções – As premissas e métodos adotados foram aquelas requeridas pelos padrões do CPC 33 e Deliberação CVM 600. Como exigido pelas regras da norma, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais:

Econômicas e financeiras	2014	2013
Taxa de desconto atuarial – real	6,17% a.a.	6,57% a.a.
Taxa de desconto atuarial – nominal	13,10% a.a.	12,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – real	6,17% a.a.	6,57% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – nominal	13,10% a.a.	12,75% a.a.
Taxa de crescimento salarial – nominal	6,53% a.a.	5,80% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios – nominal	6,53% a.a.	5,80% a.a.
Inflação projetada	6,53% a.a.	5,80% a.a.
Fator de capacidade	98,00% a.a.	98,00% a.a.

21.4. Política contábil para o reconhecimento dos ganhos/perdas atuariais - Os estudos atuariais projetam a movimentação de diversas variáveis (premissas) para os exercícios futuros. Essas projeções podem se concretizar ou não, fazendo com que, a cada reavaliação atuarial anual, sejam calculadas as diferenças entre os valores projetados e os que efetivamente ocorreram. A essas diferenças dá-se o nome de ganho (ou perda) atuarial.

22. Informações por segmentos de negócios

As informações por segmentos de negócios da Companhia são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Eles são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório gerencial interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, é a equipe de gestão, incluindo o Diretor Presidente, Diretor de Operações e Diretor Financeiro.

- Os principais segmentos de negócio apresentado pela Administração da Companhia são:
- · Infraestrutura são incluídos nessa linha de segmento a construção de rodovias, vias rápidas, pontes, viadutos, terminais intermodais, ferrovias, aeroportos, usinas hidrelétricas, portos, metrôs e sistemas de saneamento;
- Industrial são incluídos nessa linha de segmento a construção, manutenção e construção de edifícios industriais e projetos na siderurgia, mineração e indústrias termelétricas, bem como centros comerciais com-
- Óleo e gás são incluídos nessa linha de segmento as soluções de engenharia onshore em projetos integrados para construir e ampliar refinarias, terminais e unidades de processamento de produtos petroquímicos e de dutos, bem como extração de petróleo e gás e processamento de plataformas offshore.

Mensuração do lucro ou perda operacional por segmento
A Companhia avalia o desempenho dos seus segmentos operacionais com base em lucro ou prejuízo das operações calculadas de acordo com as informações abaixo:

	2014							
Descrição	Infra-estrutura Industrial		Óleo e Gás		Total			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita bruta por segmento	767.947 (68.783)	981.225 (87.257)	394.969 (31.769)	394.969 (31.769)	252.571 (27.198)	252.571 (27.198)	1.415.487 (127.750)	1.628.765 (146.224)
Receita líquida do segmento de atividades continuadas	699.164 (732.927)	893.968 (901.123)	363.200 (306.779)	363.200 (306.779)	225.373 (202.529)	225.373 (202.529)	1.287.737 (1.242.235)	1.482.541 (1.410.431)
Lucro bruto por segmento	(33.763)	(7.155)	56.421	56.421	22.844	22.844	45.502	72.110
Despesas alocadas Despesas gerais e administrativas por segmento	(58.039) (7.990) (27.953)	(92.844) (749) (27.943)	(32.074) - (12.845)	(32.074) - (12.845)	(20.580) (4.559) (26.295)	(20.580) (4.001) (26.853)	(110.693) (12.549) (67.093)	(145.498) (4.750) (67.641)
Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas	(127.745) (25.672)	(128.691) (26.107)	11.502 (11.468)	11.502 (11.468)	(28.590) (6.892)	(28.590) (6.892)	(144.833) (44.032)	(145.779) (44.467)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(153.417) 48.735	(154.798) 48.284	34	34	(35.482) 16.028	(35.482) 16.028	(188.865) 64.763	(190.246) 64.312
Lucro líquido	(104.682)	(106.514)	34	34	(19.454)	(19.454)	(124.102)	(125.934)

	2013							
Descrição	Infra-estrutura Industrial		Óleo e Gás		Total			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita bruta por segmento	574.174 (42.546)	765.138 (57.806)	671.789 (37.821)	671.789 (37.821)	465.839 (44.625)	465.839 (44.625)	1.711.802 (124.992)	1.902.766 (140.252)
Receita líquida do segmento de atividades continuadas Custo de serviços por segmento	531.628 (470.634)	707.332 (581.996)	633.968 (522.765)	633.968 (522.765)	421.214 (344.661)	421.214 (344.661)	1.586.810 (1.338.060)	1.762.514 (1.449.422)
Lucro bruto por segmento	60.994	125.336	111.203	111.203	76.553	76.553	248.750	313.092
Despesas gerais e administrativas por segmento	(50.148) 35.683 (5.134)	(60.703) (413) (5.934)	(44.101) - (8.136)	(44.101) - (8.136)	(37.753) 3.589 (3.536)	(37.753) 3.589 (3.536)	(132.002) 39.272 (16.806)	(142.557) 3.176 (17.606)
Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas	41.395 (14.952)	58.286 (15.739)	58.966 (20.313)	58.966 (20.313)	38.853 (14.027)	38.853 (14.027)	139.214 (49.292)	156.105 (50.079)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	26.443 (5.516)	42.547 (10.966)	38.653 (6.983)	38.653 (6.983)	24.826 (4.740)	24.826 (4.740)	89.922 (17.239)	106.026 (22.689)
Lucro líquido do período	20.927	31.581	31.670	31.670	20.086	20.086	72.683	83.337

Consolidado

23. Receita líquida A discriminação das principais rubricas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta de vendas e/ou serviços	1.415.487	1.711.802	1.628.765	1.902.766
Deduções das receitas brutas	(127.750)	(124.992)	(146.224)	(140.252)
Total	1.287.737	1.586.810	1.482.541	1.762.514
24 Custo de servicos e empreitadas de obras				

Controladora

		2010		
	2014	2013	2014	2013
Gastos com pessoal	(340.026)	(395.520)	(375.467)	(427.673)
Compras de materiais diversos	(236.859)	(261.871)	(287.136)	(290.089)
Aluguel	(152.571)	(125.736)	(181.183)	(148.715)
Serviços de terceiros	(329.254)	(415.051)	(372.558)	(442.548)
Outras	(183.525)	(139.882)	(194.087)	(140.397)
Total	(1.242.235)	(1.338.060)	(1.410.431)	(1.449.422)
25. Despesas administrativas e gerais				
-	Controladora		Cons	solidado
	20	14 204	2014	2042

	Controladora		Consolidad	
	2014	2013	2014	2013
Gastos com pessoal	(60.128)	(67.539)	(94.933)	(78.094)
Compras de materiais diversos	(699)	(2.779)	(699)	(2.779)
Aluguel	(5.514)	(4.382)	(5.514)	(4.382)
Serviços de terceiros	(36.561)	(48.831)	(36.561)	(48.831)
Outras	(7.791)	(8.471)	(7.791)	(8.471)
Total	(110.693)	(132.002)	(145.498)	(142.557)

A descriminação das receitas (despesas) financeiras líquidas é a	seguinte:			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras decorrentes de:				
Rendimento de aplicações financeiras	2.297	1.003	2.297	1.003
Juros ativos	1.739	960	1.739	960
Descontos obtidos	76	159	76	164
Outras	416	14	416	14
	4.528	2.136	4.528	2.141
Despesas financeiras decorrentes de:				
Juros passivos	(40.304)	(42.393)	(40.304)	(42.763)
Variação cambial	(61)	(5)	(61)	(5)
IOF	(2.879)	(4.246)	(2.879)	(4.506)
Outras	(5.316)	(4.784)	(5.751)	(4.946)
	(48.560)	(51.428)	(48.995)	(52.220)
Resultado financeiro líquido	(44.032)	(49.292)	(44.467)	(50.079)

27. Imposto sobre a Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os cálculos do IRPJ e da CSLL, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A conciliação das provisões para o IRPJ e para a CSLL da Companhia, são demonstrados a seguir:

	0	
	2014	2013
IRPJ e CSLL correntes		
Lucro antes do IR e da CSLL	-	89.922
Adições permanentes	-	6.080
Doações e brindes	-	5.640
Equivalência patrimonial	-	440
Adições temporárias	-	66.694
Lucro diferido entidades governamentais	-	66.694
Exclusões permanentes	-	(39.712)
Equivalência patrimonial	-	(39.712)
Exclusões temporárias	-	(46.920)
Lucro diferido entidades governamentais		(46.920)
Lucro real	-	76.064
Imposto de Renda 15%	-	(11.410)
Adicional IRPJ	-	(7.582)
Incentivos	-	457
CSLL 9%		(6.846)
Total corrente atribuível a Controladora	-	(25.381)
Receita presumida tributável relativo a Consolidação	1.397	16.397
Imposto de Renda 15%	(210)	(2.460)
Adicional IRPJ	(116)	(1.616)
Incentivos	-	102
CSLL 9%	(126)	(1.476)
Total corrente	(451)	(5.450)
IRPJ e CSLL diferidos		
Ativos		
Provisão p/ perdas	(13.930)	-
Provisão p/ contingências	(24.497)	-
Prejuízo fiscal	(101.922)	-
Passivo atuarial	(19.975)	
	(160.324)	-
Ativo fiscal diferido - 34%	(54.510)	
Lucro diferido entidades governamentais	(30.156)	(46.920)
Passivos não circulante		
Lucro diferido entidades governamentais	-	66.694
Descive contensions		4 474

28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Base de calculo imposto diferido

Passivo contencioso.....

Total Corrente e diferido...

Imposto diferido 34% - Controladora

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes. A Companhia e suas controladas não aplicam em derivativos complexos, ou em quaisquer outros ativos de riscos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza risco e prazo similares.

4.174

23.948

8.142

(22.689)

(190.480)

64.763

64.312



Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de riscos de mercado que podem afetar o negócio da Comp

- a) Risco de liquidez O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos
 - de liquidação de seus direitos e obrigações O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e de suas controladas
- b) Riscos de crédito O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que a sua carteira é composta, na sua grande maioria, por clientes de grande porte e contratos de longo prazo com cláusulas de interrupção. Os valores demonstrados como vencidos e relacionados a contratos de curto prazo possuem repactuação de prazo de pagamento. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Companhia e de suas controladas.
- Riscos financeiros É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela é suas controladas estejam expostas somente a níveis considerados aceitáveis de riscos dentro do contexto de suas operações.

29. Seguros

Companhia e suas controladas avaliam a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame pela auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Operação Lava Jato

A Administração da Companhia tem conhecimento de investigações realizadas por parte do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, em operação denominada "Lava Jato", sobre supostas irregularidades cometidas em contratações com a Petrobras. No âmbito de tais investigações, a Companhia disponibilizou documentos e prestou os esclarecimentos requeridos, tendo, durante todo o tempo, esclarecido os fatos junto às autoridades competentes. Em 20 de fevereiro de 2015, após as referidas investigações, foi ajuizada pelo Ministério Público Federal perante a Justiça Federal do Paraná, Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 5006695-57.2015.4.04.7000. Através da referida ação pretende o Ministério Público Federal a aplicação das penas previstas na Lei nº 8.429/92. Essa ação proposta pelo Ministério Público Federal encontra-se em fase de apresentação de manifestações preliminares pelos réus, já tendo a Companhia se manifestado. Posterior-mente ao ajuizamento da referida ação, o Ministério Público Federal ajuizou Ação Cautelar de Arresto com pedido liminar, a qual foi deferida parcialmente para decretar a indisponibilidade de bens dos réus até o limite de R\$ 137.526.767,64 (cento e trinta e sete milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), valor do suposto dano apurado pelo Ministério Público Federal. Para cumprimento da referida medida foi determinada a intimação dos réus para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem em juízo rol de bens livres e desimpedidos sobre os quais recairá a ordem de indisponibilidade. Em relação a estas garantias, importante ressaltar que a Companhia já está tomando todas as providências necessárias ao seu cumprimento, bem como interposição de recurso. Ressalte-se que, em relação a estas ações, terá a Companhia prazo para apresentação de sua defesa, bem como haverá a fase de instrução com apresentação/produção de provas, o julgamento, e a possibilidade de manejar todos os recursos previstos em lei às instâncias superiores, garantindo, portanto, o mais amplo e pleno direito de defesa. A Administração, apoiada na opinião de seus advogados, conclui que ainda não é possível estimar a duração e o resultado das referidas ações, em função de as mesmas terem sido iniciadas recentemente e de dependerem de eventos futuros. Entrétanto, reconhece a possibilidade de vir a sofrer medidas punitivas em relação a estes ou quaisquer outros assuntos relacionados, caso haia condenações.

31. Eventos subsequentes

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem aiustes ou divulgações especiais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Conselheiros J. Murillo Valle Mendes Eduardo Mendes Moreira Leonardo Bocchese Mendes

DIRETORIA

Diretor Presidente: Diretor Vice-Presidente de Engenharia:

J. Murillo Valle Mendes Victório Duque Semionato

CORPO TÉCNICO

Contador

Alexandre M. de Pinho Freitas CRC MG 046.601/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da

Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.

São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados de-pendem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas Conforme descrito na Nota Explicativa nº 30, a Administração da Companhia tem conhecimento da abertura de processo administrativo movido pelo Ministério Público Federal em razão de investigações realizadas pela Polícia Federal, em operação denominada "Lava Jato", sobre supostas irregularidades cometidas em contratações com a Petrobrás. Adicionalmente, o Ministério Público Federal ajuizou Ação Cautelar de Arresto com pedido liminar, a qual foi deferida parcialmente para decretar a indisponibilidade de bens da Companhia até o limite de R\$ 137.527 mil, valor do suposto dano apurado pelo Ministério Público Federal. A Administração, apoiada na opinião de seus advogados reconhece a possibilidade de vir a sofrer medidas punitivas em relação a estes ou quaisquer outros assuntos relacionados, caso haja condenações. Portanto, não foi possível concluir a respeito de eventuais efeitos nas demonstrações contábeis, que possam advir destes assuntos.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.**, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

BDO

São Paulo, 30 de junho de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Paulo Eduardo Santos Contador CRC 1 MG 078750/O-3 S - SP